



EDITAL

DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026

COM BASE NO ART. Nº. 75, INCISO II da Lei nº 14.133/2021, observadas, no que couber, as diretrizes dos Decretos Municipais nº 3.567/2023 e nº 1.613/2016, **utilizados como referência técnica**, bem como a Resolução nº 088/MD/CMT/2025 da Câmara Municipal de Theobroma, que regulamenta a atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio.

1. PREÂMBULO

A **Câmara Municipal de Theobroma**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 63.789.614/0001-14, com sede à Av. 13 de Fevereiro, nº 1358, Centro, Theobroma/RO, representada pelo Presidente, Sr. Adelson Valter Correia, vem através de sua Agente de Contratação, Sr.(a) Beatriz de Souza Reis, designada pela Portaria nº 020/GP/CMT/2026, torna público que, realizará Dispensa Eletrônica de Licitação, com critério de julgamento do **tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos **Artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021** ancorado ao **DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025**, **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006** observadas, no que couber, as normas estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 3.567/2023 e nº 1.613/2016, utilizadas como **referência técnica**, e demais normas aplicáveis, legislações complementares e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

As exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

2. INFORMAÇÕES DA ABERTURA DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

Data da Abertura: 05/05/2026

HORARIO DA DISPUTA DE LANCES: Das 08h00 às 14h00 (horário de Brasília-DF).

Local: No endereço eletrônico www.licitanet.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

Endereço: Av. 13 fevereiro, nº 1358, Centro, Theobroma/RO

Agente de Contratação: **Beatriz de Souza Reis**

E-mail: camaradetheobroma@gmail.com

Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação, poderão ser acessadas gratuitamente no sites:

Licitanet: <https://www.licitanet.com.br>; <https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/transparencia/index.php> ; bem como no mural da Câmara Municipal de Theobroma/RO e no Diário Oficial da AROM <https://www.diariomunicipal.com.br/arom/pesquisar>.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



3. DISPOSIÇÕES LEGAIS

O certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, no que couber, as normas estabelecidas pelo Decreto Municipal nº. 3.567/2023 e LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 regulamentadas pelo Decreto Municipal 1.613/2016, e Lei Municipal nº. 535/2016 que Institui a Lei Geral da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual e dá outras providências e do disposto no presente aviso de Dispensa eletrônica.

3.1. A presente dispensa de licitação é fundamentada no art. 75 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

Alterado pelo Decreto nº 12.807 de 2025, Art. 75 caput, inciso II, R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

3.2. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI, com prioridade de contratação regional/Local.

a) Verificou-se que há fornecedores enquadrados como microempresa e empresa de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, desta forma deverá cumprir com a Lei Complementar nº 123/2006.

b) Além disso, a este processo sugere-se que seja aplicada a prioridade local/regional conforme regulamento prevê possibilidade de licitação EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI.

c) Nos municípios localizados no âmbito regional (**Jaru/RO, Vale do Anari/RO, Vale do Paraíso/RO, Ji-Paraná/RO, Cacaulândia/RO e Ariquemes/RO**) no que couber, as diretrizes constantes nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 1.613/GP/2016, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES

4.1. A referida contratação está no Plano Anual de Contratação–PCA https://transparencia.theobroma.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=6484&nomeaplicacao=publicação possui previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA).

5. DO OBJETO:

5.1. O objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, visando à elaboração, implementação, gerenciamento e atualização dos programas, laudos e eventos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), em atendimento às Normas Regulamentadoras (NRs), à legislação previdenciária e ao sistema social, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Theobroma/RO, conforme justificativa, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



5.2. Descrição do objeto e valor estimado:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA, SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO (PARA 20 SERVIDORES, SENDO 4 EFETIVOS, 7 COMISSIONADOS E 9 AGENTES POLÍTICOS)					
1	Elaboração e atualização do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR	1	SERV	1.945,40	1.945,40
2	Elaboração e atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO	1	SERV	1.739,65	1.739,65
3	Elaboração e atualização do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GRO (inclusive riscos Psicossociais)	1	SERV	1.807,87	1.807,87
4	Elaboração e atualização do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCA	1	SERV	2.069,23	2.069,23
5	Elaboração e atualização do Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP	1	SERV	1.739,35	1.739,35
6	Elaboração e atualização da Análise Ergonômica do Trabalho – AET	1	SERV	1.988,73	1.988,73
7	Elaboração e atualização do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP (individual por servidor)	20	SERV	64,83	1.296,60
8	Gerenciamento, acompanhamento e transmissão dos eventos de SST ao e Social (S-2210, S-2220, S2240), para até 20 servidores. Incluindo assistência técnica contínua e respostas a fiscalizações legais	1	SERV	1.999,70	1.999,70
9	Realização de treinamentos obrigatórios em Segurança e Saúde no Trabalho, conforme Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR-01 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos), NR-06 (Uso de Equipamentos de Proteção Individual, quando aplicável), NR-17 (Ergonomia) e NR-23 (Proteção Contra Incêndios), com emissão de Certificados	1	SERV	3.933,33	3.933,33
10	Revisão periódica semestral/anual dos programas e laudos com relatório técnico	1	SERV	2.188,60	2.188,60
VALOR TOTAL			R\$ 20.708,46		

5.3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

a) Obedecerá ao tipo de **MENOR VALOR GLOBAL**, conforme o artigo 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



6. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo Municipal de Theobroma/RO, para o exercício de 2025 conforme abaixo:

01 PODER LEGISLATIVO

01.001 CAMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA

33.90.39 SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

6.2. Valor estimado da dispensa: **R\$ 20.708,46 (vinte mil e setecentos e oito reais e quarenta e seis centavos).**

7. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

7.1. Somente poderão participar desta DISPENSA ELETRÔNICA, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste aviso de Dispensa eletrônica e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas no site www.licitanet.com.br.

a) Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da Concorrência deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a LICITANET.

b) A participação na DISPENSA ELETRÔNICA se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos

c) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma Eletrônica, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão.

d) O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento na plataforma, para participar desta Concorrência Eletrônica, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

7.2. A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos de correntes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aquele setor nem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

a) Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- b)** A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.
- c)** A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.
- d)** Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico.

7.6. Não poderão disputar esta DISPENSA ELETRÔNICA:

- a)** Aquele que não atenda às condições deste aviso de Dispensa eletrônica e seu (s) anexo (s);
- b)** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Dispensa eletrônica, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h)** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- i)** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- j)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- k)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- l)** Impedimento de que trata o item (d) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- m)** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens (7.3. e 7.4.) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- n)** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- o)** O disposto nos itens (b e c) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



p) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

a) Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8. INGRESSO NA DISPENSA ELETRONICA E CADASTRAMENTO DE PROPOSTA INICIAL

8.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma desta Seção.

8.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

a) A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

8.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

a) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



8.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

8.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

- a)** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b)** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- c)** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa eletrônica e seus anexos;
- d)** Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e)** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- f)** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

- a)** Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- b)** Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa eletrônica;
- c)** O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- d)** O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

9. FASE DE LANCE

9.1. A partir do horário estabelecido no preâmbulo neste Aviso de Dispensa eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

9.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- a)** O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

9.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.4. O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de **R\$ 5,00 (CINCO REAIS)** menor que o valor do último lance.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



9.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa eletrônica.

9.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta.

9.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

9.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

9.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

9.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's NO ÂMBITO MUNICIPAL

10.1. Na disputa de itens de participação Exclusiva ou Cotas Reservadas para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:

10.2. Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sediadas local, regional ou estadual, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

10.3. Aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local, regional, ou estadual sejam iguais ou até dez por cento superior ao menor preço;

10.4. Observadas, no que couber, as diretrizes constantes nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 1.613/GP/PMT/2016, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, nos itens destinados às ME/EPP/MEI, o critério de preferência será oferecido:

- a) Primeiramente às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local.
- b) Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Regional.
- c) Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas estadual.

10.5. Para efeito do item anterior, considera-se:

- a) Entende-se por Local as ME's, EPP's e MEI's sediados no município de Theobroma-RO;
- b) Entende-se por regional as ME's, EPP's e MEI's sediados na microrregião de Theobroma, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; quais sejam (**Jaru/RO, Vale do Anari/RO, Vale do Paraíso/RO, Ji-Paraná/RO, Cacaulândia/RO e Ariquemes/RO**).
- c) Entende-se por estadual as ME's, EPP's e MEI's sediados nos demais municípios do Estado de RO.



11.JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

11.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

a) Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

c) Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

11.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

11.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) Contiver vícios insanáveis;

b) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

11.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

a) For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

b) Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

11.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



11.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

b) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime

11.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa eletrônica.

11.13. É facultada ao agente de contratação, em qualquer fase da dispensa, proceder a promoção de diligência ou verificações destinadas a esclarecer ou complementar a instrução processual.

12. HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

12.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

c) No Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como inidôneas ou suspensas.

12.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada, nos documentos por ele abrangidos.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



12.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los via sistema, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

12.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

12.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

12.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa eletrônica.

12.11. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

12.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa eletrônica.

13.3. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;



13.5. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa eletrônica e seus anexos;

a) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

13.6. O prazo da entrega está estipulado conforme apresentado no Termo de Referência;

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada devidamente certificada, indicados pelo contratado e que seja VINCULADO AO CNPJ da empresa, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, com fulcro nas Instruções Normativas RFB/1234/2012 e RFB 2.145/2023, como se segue: "Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil".

14.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

a) A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

b) A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

c) Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Câmara Municipal de Theobroma/RO.

e) Saneadas a irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito da Câmara Municipal de Theobroma/RO.

15.DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções no **artigo 156 da Lei Federal nº 14133/2021**, qual seja:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de até 10% sobre o valor total do contrato ou da ata de registro de preços;
- c) Multa de até 0,5% (meio por cento) ao dia, do valor contratado, caso haja atraso na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, na execução dos serviços ou na apresentação de eventual documento solicitado pela CONTRATANTE, limitado a 20% (trinta por cento);
- d) **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e) A **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, será aplicada nos casos de infrações administrativas graves, impedindo o responsável de licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por prazo de **3 (três) a 6 (seis) anos**, conforme a gravidade da infração.

15.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



15.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.6. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa eletrônica, não excluem em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O procedimento será divulgado no www.licitanet.com.br e no site da Câmara Municipal, e encaminhado automaticamente aos fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

16.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) Republicar o presente Aviso de Dispensa eletrônica com uma nova data;
- b) Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- c) No caso da alínea "b", a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- d) Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- e) As providências das alíneas "a" e "b" também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

16.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

16.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



16.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

16.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

16.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

16.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

16.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

17. DO FORO

17.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Jaru/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A presente Dispensa Eletrônica será conduzida pela **Agente de Contratação**, Sra. **Beatriz de Souza Reis**, designada pela **Portaria nº 020/GP/CMT/2026**, com o apoio da **Equipe de Apoio** nomeada pela Presidência da Câmara Municipal de Theobroma, conforme Resolução nº 088/MD/CMT/2025, que regulamenta a atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio no âmbito da Câmara Municipal de Theobroma/RO.

19. DOS ANEXOS

ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES
ANEXO I - A – DECLARAÇÃO CONJUNTA;
ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA



Theobroma-RO, 29 de abril de 2026.

Responsável pela condução da Dispensa:

BEATRIZ DE SOUZA REIS

Agente de Contratação
Portaria 020/2026

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES

1) Para habilitação na presente Dispensa Eletrônica será exigida a entrega dos seguintes documentos:

1.1. Documentação relativa à qualificação jurídica

- a)** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações; havendo consolidação do contrato social, apenas a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição da última administração;
- b)** No caso de sociedade civil, ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício;
- c)** Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- d)** Cópia do documento oficial onde constem número do RG e CPF dos sócios ou do Sócio Administrador.
- e)** Em caso de procurador deve apresentar também cópia dos documentos (RG e CPF) do Procurador, devidamente acompanhado do instrumento de PROCURAÇÃO.

1.2. Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440 de 07 de Julho 2011)-Emitida no site
- g) Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)
- h) SINTEGRA

1.3. Documentação relativa à qualificação econômica e financeira:

- a) Certidão negativa de falência, concordata e certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, ou quando não constar o prazo de validade, que esteja datada dos últimos 90 (noventa) dias, antes da data de abertura deste certame.

1.4. Documentação relativa à qualificação técnica:

- a) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove "aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação"

1.5. DECLARAÇÃO

- a) FATO SUPERVENIENTE;
- b) EMPREGABILIDADE DE MENOR;
- c) GRAU DE PARENTESCO;

1.6. ENCAMINHAR DOCUMENTOS

e-mail: camaradetheobroma@gmail.com

ANEXO I – A

DECLARAÇÃO CONJUNTA ANEXO I-A

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Dispensa eletrônica nº ____/2026

(Razão social da licitante), CNPJ nº _____, estabelecida no (a) _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a). _____ (representante da empresa e qualificação do mesmo, constando inclusive qual a função/cargo na empresa), portador (a) de CI/RG nº _____, CPF nº _____.

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



DECLARA, para fins de comprovação no Aviso de dispensa eletrônica de Theobroma/RO, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

☐ MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI

☐ MICROEMPRESA - ME

☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP

☐ NÃO SE DECLARA MICROEMPRESA PARA FINS DE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006. DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO
DECLARA, sob as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do objeto da presente Dispensa Eletrônica, e concorda com todas as exigências contidas no Aviso de Dispensa eletrônica.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declara para fins de atendimento ao que consta do Aviso da presente Dispensa eletrônica, do Município de Theobroma/RO que a empresa se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firme e verdadeiras.

DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991

Declara, para os devidos fins, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1992.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

Declara, sob as penas da lei, que nossa empresa não contrata menores de dezoito anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, cumprindo fielmente o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 63º, IV DA LEI Nº 14.133/2021

Declara expressamente, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Assinatura do representante da Empresa



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

- a) Em cumprimento as determinações contidas na lei federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, elaboramos o presente Termo de Referência o qual visa fornecer elementos, que consideramos suficientes, para a aprovação por parte da autoridade competente, com vistas a dar subsídios para apresentação da proposta de preços, objeto de procedimento licitatório, a ser efetuada nos termos da legislação vigente e em conformidade com os itens abaixo elencados.

2. DA JUSTIFICATIVA

- a) A presente contratação tem por finalidade atender às exigências legais relativas à Saúde e Segurança do Trabalho (SST), conforme disposto na legislação trabalhista, previdenciária e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como às obrigações acessórias vinculadas ao sistema eSocial.
- b) A Câmara Municipal de Theobroma, enquanto órgão público empregador, está obrigada a elaborar, implementar e manter atualizados programas e laudos técnicos obrigatórios, tais como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), o Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), bem como proceder à emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e ao envio periódico das informações de SST ao eSocial.
- c) A contratação encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou a necessidade da solução, bem como a inviabilidade de execução direta pela Administração, considerando a ausência de profissionais habilitados no quadro funcional e a natureza técnica especializada dos serviços, nos termos do art. 6º, inciso XX e art. 18 da Lei nº 14.133/2021.
- d) Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se indispensável para assegurar o cumprimento da legislação vigente, evitar sanções administrativas e trabalhistas, promover a prevenção de riscos ocupacionais e garantir a adequada gestão das informações laborais, contribuindo para a segurança jurídica e administrativa da instituição.

3. DO OBJETO

- a) Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, visando à elaboração, implementação, gerenciamento e atualização dos programas, laudos e eventos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), em atendimento às Normas Regulamentadoras (NRs), à legislação previdenciária e ao sistema eSocial, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Theobroma/RO;
- b) os serviços a serem prestados incluem:



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com

CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA, SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO (PARA 20 SERVIDORES, SENDO 4 EFETIVOS, 7 COMISSIONADOS E 9 AGENTES POLÍTICOS)					
	Elaboração e atualização do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR	1	serv	1.945,40	1.945,40
2	Elaboração e atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO	1	serv	1.739,65	1.739,65
3	Elaboração e atualização do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GRO (inclusive riscos psicossociais)	1	serv	1.807,87	1.807,87
4	Elaboração e atualização do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT	1	serv	2.069,23	2.069,23
	Elaboração e atualização do Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP	1	serv	1.739,35	1.739,35
5	Elaboração e atualização da Análise Ergonômica do Trabalho – AET	1	serv	1.988,73	1.988,73
6	Elaboração e atualização do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP (individual por servidor)	20	serv	64,83	1.296,60
7	Gerenciamento, acompanhamento e transmissão dos eventos de SST ao eSocial (S-2210, S-2220, S-2240), para até 20 servidores. Incluindo assistência técnica contínua e respostas a fiscalizações legais	1	serv	1.999,70	1.999,70
8	Realização de treinamentos obrigatórios em Segurança e Saúde no Trabalho, conforme Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR-01 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos), NR-06 (Uso de Equipamentos de Proteção Individual, quando aplicável), NR-17 (Ergonomia) e NR-23 (Proteção Contra Incêndios), com emissão de certificados	1	serv	3.933,33	3.933,33
9	Revisão periódica semestral/anual dos programas e laudos com relatório técnico	1	serv	2.188,60	2.188,60
Valor Total:			R\$ 20.708,46		

4. DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais.
- A execução do objeto terá início a partir da emissão da **Ordem de Serviço**, expedida pela Administração, devendo a contratada observar rigorosamente os prazos, condições e especificações estabelecidos neste Termo de Referência.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- c) Os serviços serão prestados de forma **continuada**, em razão da necessidade permanente de atendimento às obrigações legais relacionadas à Saúde e Segurança do Trabalho (SST), incluindo a elaboração, implementação, atualização de programas e laudos técnicos, bem como o envio de informações ao sistema eSocial e o suporte técnico especializado.
- d) A execução contratual compreenderá, entre outras atividades:
 - I – levantamento técnico das condições de trabalho, quando necessário;
 - II – elaboração e atualização dos programas e laudos exigidos pela legislação vigente;
 - III – emissão de documentos técnicos e relatórios comprobatórios;
 - IV – gerenciamento e envio dos eventos de SST ao eSocial, dentro dos prazos legais;
 - V – prestação de suporte técnico contínuo à Administração, inclusive para atendimento a fiscalizações e auditorias.
- e) A prestação dos serviços ocorrerá conforme a demanda da Administração, mediante solicitação formal, podendo envolver atendimentos presenciais e/ou remotos, conforme a natureza da atividade.
- f) Os produtos decorrentes da prestação dos serviços, tais como laudos, programas, relatórios e demais documentos técnicos, deverão ser entregues em meio físico e/ou eletrônico, conforme definido pela Administração, sendo considerados parte integrante do objeto contratado.
- g) Todos os recursos materiais, tecnológicos e humanos necessários à execução do objeto serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive deslocamentos, equipamentos e encargos decorrentes da prestação dos serviços.
- h) A execução deverá observar integralmente a legislação vigente, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs), a legislação previdenciária, trabalhista e as exigências do sistema eSocial, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

5. A CONTRATADA OBRIGA-SE A CUMPRIR FIELMENTE O ESTIPULADO NESTE TERMO DE REFERENCIA, EM ESPECIAL:

- a) Executar o objeto contratado em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada e aceita pela Administração, no prazo e na forma pactuados, garantindo a adequada **elaboração, implementação, atualização e validade dos programas, laudos, relatórios e demais documentos técnicos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST)**, devidamente assinados por profissionais legalmente habilitados, quando exigido, e acompanhados da respectiva nota fiscal, regularmente emitida.
- b) Responsabilizar-se, de forma integral e objetiva, pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de falhas, vícios, defeitos ou irregularidades na execução do objeto, nos termos dos arts. 117, 120, 121 e 124 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e legais cabíveis.
- c) Atender prontamente às solicitações, orientações e exigências formuladas pela Administração, relacionadas à execução do objeto, prestando os esclarecimentos necessários e adotando as providências corretivas pertinentes, sempre que demandado.
- d) Manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigidas no procedimento de contratação, sob pena de aplicação das sanções legais e contratuais cabíveis.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- e) Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução do objeto, salvo se expressamente autorizado pela Administração, nos termos previstos neste Termo de Referência ou no instrumento contratual.
- f) Arcar, exclusivamente, com todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, despesas operacionais, custos administrativos e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto contratado, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.
- g) Acatar integralmente as determinações, orientações técnicas e observações emitidas pela fiscalização da contratante, adotando, de imediato, as providências necessárias para a correção de eventuais impropriedades ou irregularidades identificadas.
- h) Executar o objeto do contrato dentro dos prazos estabelecidos, comunicando formalmente à Administração, com antecedência e justificativa, qualquer fato superveniente que possa comprometer ou inviabilizar o cumprimento das obrigações assumidas.
- i) Comunicar imediatamente à contratante a ocorrência de qualquer anormalidade técnica, operacional ou administrativa relacionada à execução do objeto, de modo a permitir a adoção tempestiva das medidas corretivas cabíveis.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Contrato, prazo para corrigi-las;
- b) Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato e dos Termos Aditivos que venham a ser firmados.
- c) Designar servidor (es) responsável (is) para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- d) Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da empresa contratada, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização, ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- e) Cumprir com as obrigações acordadas em contrato, mais especificamente, honrar o pagamento dentro dos prazos fixados e repassar a documentação solicitada, necessária ao bom andamento dos trabalhos;
- f) Acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços, através de membros designados pela Administração da Câmara Municipal de Theobroma, para fins de pagamento;
- g) A fiscalização exercida pela contratante não exime a ADJUDICATÁRIA das responsabilidades administrativas, civis ou criminais, em decorrências da execução dos serviços, perante a administração pública ou terceiros.

7. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

- a) O pagamento será efetuado pela contratante em até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
- b) Sem prejuízo das sanções cabíveis, o pagamento poderá ser retido ou glosado, quando a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- c) Nota Fiscal/Fatura será apresentada pela empresa contratada, e deverá conter o detalhamento dos serviços executados, bem como, os seguintes elementos necessários e essenciais do documento.



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- d) Em caso de irregularidades ou imperfeições na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizado.
- e) A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação a prestação dos serviços não estiverem em perfeitas condições com o descrito neste Termo de Referência ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas pela CONTRATADA.
- f) O pagamento será realizado por etapas, conforme a entrega e aprovação dos serviços, podendo ser vinculado à conclusão de programas, laudos e envio de eventos ao eSocial.

7.1 - Documentação relativa à qualificação jurídica

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações; havendo consolidação do contrato social, apenas a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição da última administração;
- b) No caso de sociedade civil, ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício;
- c) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- e) Cópia do documento oficial onde constem número do RG e CPF dos sócios ou do Sócio Administrador.
- f) Em caso de procurador deve apresentar também cópia dos documentos (RG e CPF) do Procurador, devidamente acompanhado do instrumento de PROCURAÇÃO.

7.2 Documentação relativa á regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440 de 07 de Julho 2011) – Emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- g) Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) <https://certidoes.cgu.gov.br/>;
- h) Consulta Pública à Redesim De Rondônia (SINTEGRA) <https://portalcontribuinte.sefin.ro.gov.br/Publico/parametropublica.jsp>.

7.3 Documentação relativa à qualificação econômica e financeira:

- a) Certidão negativa de falência, concordata e certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, ou quando não constar o prazo de validade, que esteja datada dos últimos 90 (noventa) dias, antes da data de abertura deste certame.

7.4 Documentação relativa à qualificação técnica:

- a) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove "aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação".



8. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) A gestão financeira e a fiscalização do cumprimento do contrato serão exercidas pelo Presidente da Câmara, ou servidor expressamente designado que atuará como gestor de contratos, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;
- b) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021;
- c) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como no nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente as providências cabíveis.

9. DAS PENALIDADES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa a inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Caso a CONTRATADA não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, ou fraude, por qualquer meio, a presente contratação, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da Administração da Prefeitura:

10.2.1 Advertência;

10.2.2 Multa: * Moratória de 02 a 10 % (Dois a Dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias; * Compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.2.3 Impedimento de licitar e contratar;

10.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

10.3 A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



- a) As partes comprometem-se a cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, no âmbito da execução do objeto deste Termo de Referência.
- b) A CONTRATADA declara que realizará o tratamento de dados pessoais necessários à execução dos serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), incluindo informações funcionais e ocupacionais dos servidores, observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção e responsabilização.
- c) A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas, alterações, divulgações ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, nos termos do art. 46 da Lei nº 13.709/2018.
- d) É vedado à CONTRATADA utilizar os dados pessoais tratados em razão deste contrato para finalidades diversas das expressamente autorizadas, bem como compartilhá-los com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente permitidas ou mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- e) A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, de forma imediata, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, adotando, sem prejuízo, todas as medidas necessárias para mitigar os efeitos do incidente, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.709/2018.
- f) Encerrada a execução contratual, a CONTRATADA deverá eliminar, anonimizar ou devolver os dados pessoais tratados em decorrência deste contrato, conforme orientação da CONTRATANTE e observadas as hipóteses legais de conservação previstas na LGPD.
- g) O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas, civis e contratuais cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

11. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- a) A contratação do objeto deste Termo de Referência será realizada por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista que o valor estimado da contratação, apurado com base na média de preços de mercado, enquadra-se no limite legal para contratações diretas, observados os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento, motivação e interesse público.
- b) Sempre que possível, a dispensa de licitação será processada **PREFERENCIALMENTE POR MEIO ELETRÔNICO**, de forma a ampliar a competitividade, garantir a transparência do procedimento e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- c) O critério de julgamento a ser adotado será o de **MENOR VALOR GLOBAL**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, as condições estabelecidas neste Termo de Referência e os requisitos de habilitação exigidos.

12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- a) O recebimento do objeto contratual será realizado conforme o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, observando-se a natureza de prestação de serviços técnicos especializados.
- b) Os serviços serão recebidos:

I – Provisoriamente, pelo fiscal do contrato ou comissão designada, mediante termo circunstanciado, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** a contar da entrega dos serviços ou da apresentação dos produtos técnicos (laudos, programas, relatórios e demais



documentos), para efeito de verificação da conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

II – Definitivamente, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, conformidade técnica e atendimento integral das exigências contratuais, mediante atesto do gestor ou fiscal do contrato.

- c) O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos serviços prestados, nem a obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.
- d) Caso sejam constatadas irregularidades, inconsistências técnicas ou descumprimento das especificações, o recebimento provisório poderá ser recusado, devendo a CONTRATADA promover as correções necessárias no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- e) Os produtos decorrentes da execução dos serviços, tais como programas, laudos técnicos, relatórios e documentos obrigatórios de SST, deverão ser entregues em formato físico e/ou eletrônico, conforme definido pela Administração, devidamente assinados por profissionais legalmente habilitados, quando exigido pela legislação.
- f) O recebimento do objeto ficará condicionado à comprovação da adequada execução dos serviços, do cumprimento dos prazos estabelecidos e da observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs) e as exigências do sistema eSocial.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- a) Para efeito da realização da contratação, a despesa decorrente do processo tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, sendo constatada a existência de dotação orçamentária para o exercício de 2026.
- b) A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

01	PODER LEGISLATIVO
01.001	CÂMARA MUNICIPAL
01.001.01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

VALOR ESTIMADO – R\$ 20.708,46 (vinte mil, setecentos e oito reais e quarenta e seis centavos).

14. DAS ALTERAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

- a) Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para a apresentação da proposta comercial, bem como, para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.



Theobroma/RO, 08 de março de 2026.

DHEYSA PAULINE DOS SANTOS ALMEIDA
Chefe de Gabinete da Presidência

ADELSON VALTER CORREIA
Presidente da Câmara

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 03/CMT/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/CMT/2026
FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II DA LEI nº 14.133/2021

PROPOSTA DE PREÇOS PARA OS OBJETOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ABAIXO:

Fornecedor:	Telefone:
CNPJ:	E-mail:
Endereço:	
Representante:	CPF:
Data: ____/____/____.	

Objeto: CONTRATAÇÃO DE XXXXXXXXXX, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
	1	XXXXXXXXX	XXX			
Carimbo com CNPJ da empresa e assinatura do responsável				Valor Total: R\$		



PODER LEGISLATIVO - PALÁCIO ADALGISA PEREIRA PINTO
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA-RO

Av.13 de fevereiro, 1358 – Centro, e-mail: camaradetheobroma@gmail.com
CNPJ: 63.789.614/0001-14, Telefone: (69)3523-1095/1129



Valor total global: R\$ _____ (_____).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA - Não inferior a 60 dias

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

_____, ____ de _____ de 2025.
Local e data

Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.